

das as despesas com as reparações ordinárias ou de conservação dos mencionados edificios, e ao pagamento do competente prémio do seguro, podendo efectuar nos mesmos prédios as obras necessárias para adaptação deles aos serviços a que se destinam.

Direcção Geral dos Eclesiásticos, em 24 de Junho de 1912.—O Director Geral, José Caldas.

Conservatória Geral do Registo Civil

Despachos efectuados em 24 de Junho de 1912

António Alves da Costa Faria—nomeado ajudante da repartição do registo civil do concelho de Cintra.
António da Costa Oliveira—exonerado de ajudante do posto do registo civil da freguesia de S. Domingos de Carmões, do concelho de Torres Vedras.

Rectificação

Declara-se que o nome do ajudante do posto do registo civil da freguesia de Vale de Salgueiro, do concelho de Mirandela, é João Fins do Lago e não João Fino do Lago, como saiu publicado.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 24 de Junho de 1912.—O Conservador Geral, Germano Martins.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Conselho Superior da Administração Financeira do Estado

Secretaria Geral

2.ª Repartição

1.ª Secção

Nos termos do regimento e para os efeitos legais publicam-se, por extracto, os seguintes acórdãos:

Processo n.º 1:202.—Relator o Ex.º Vogal Dr. Aresta Branco.—Responsável Filipe Ferreira de Sousa na qualidade de recebedor do concelho de Azambuja, desde 1 de Julho de 1905 até 30 de Junho de 1906, foi julgado quite por acórdão definitivo de 15 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	18:505\$635
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	6:552\$444
Valores selados . . .	2:611\$770
Dinheiro do Tesouro . . .	933\$693
Total—Réis . . .	28:603\$542

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:207.—Relator o Ex.º Vogal José de Cupertino Ribeiro Júnior.—Responsável Francisco Bernardino de Sousa Martins, na qualidade de recebedor do concelho de Obidos desde 1 de Julho de 1905 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 15 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	21:077\$195
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	6:278\$371
Valores selados . . .	6:049\$420
Dinheiro do Tesouro . . .	84\$281
Total—Réis . . .	33:489\$267

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:205.—Relator o Ex.º vogal João Evangelista Pinto de Magalhães.—Responsável Miguel Baía Coelho, na qualidade de recebedor do concelho de Ribeira da Pena, desde 26 de Agosto de 1908 até 14 de Abril de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	4:777\$384
Em documentos de cobrança dos corpos administrativos . . .	2:298\$803
Estampilhas de classes operárias . . .	91\$700
Valores selados . . .	1:069\$302
Dinheiro do Tesouro . . .	2:784\$388
Total—Réis . . .	11:021\$577

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:206.—Relator o Ex.º Vogal Manuel Sousa da Câmara.—Responsável Firmino Afonso Machado e Costa, na qualidade de recebedor do concelho de Ribeira da Pena, desde 15 de Abril de 1909 até 30 de Junho de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 15 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	3:278\$897
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	1:831\$310
Estampilhas de Aposentação de operários . . .	91\$700
Valores selados . . .	1:368\$809
Dinheiro do Tesouro . . .	558\$982
Total—Réis . . .	7:129\$698

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:203.—Relator o Ex.º Vogal Sebastião Augusto Nunes da Mata.—Responsável Francisco de Al-

meida Penedo, na qualidade de recebedor do concelho de S. João das Pesqueiras, desde 1 de Julho de 1906 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 15 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	18:436\$709
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	7:084\$137
Valores selados . . .	4:582\$112
Dinheiro do Tesouro . . .	2:820\$721
Total—Réis . . .	32:923\$679

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:199.—Relator o Ex.º Vogal Dr. António Aresta Branco.—Responsável Francisco Rodrigues Ferreira, na qualidade de recebedor do concelho de Madalena, desde 1 de Julho de 1905 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 15 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	2:378\$234
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	71\$642
Valores selados . . .	4:522\$820
Dinheiro do Tesouro . . .	281\$432
Total—Réis . . .	7:254\$128

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:176.—Relator o Ex.º Vogal Nunes da Mata.—Responsável José Faustino Pinto da Silva e Cunha, na qualidade de recebedor do concelho de Mesão Frio, desde 1 de Julho de 1905 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 15 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	15:580\$053
Documentos de cobrança dos corpos administrativos . . .	6:236\$813
Valores selados . . .	6:149\$001
Dinheiro do Tesouro . . .	543\$356
Total—Réis . . .	28:509\$223

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:204.—Relator o Ex.º Vogal J. Dinis.—Responsável José Pires Coelho David, na qualidade de recebedor do concelho de Pedrógão Grande, desde 1 de Julho de 1908 até 30 de Junho de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 15 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	10:273\$257
Documentos de cobrança dos corpos administrativos . . .	3:203\$433
Valores selados . . .	3:215\$968
Dinheiro do Tesouro . . .	1:532\$077
Total—Réis . . .	18:224\$735

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:200.—Relator o Ex.º Vogal J. Dinis.—Responsável José de Matos Tavares Cardoso, na qualidade de recebedor do concelho de Trancoso, desde 1 de Julho de 1902 até 30 de Junho de 1904, foi julgado quite por acórdão definitivo de 15 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	9:618\$087
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	5:640\$432
Documentos de cobrança dos conventos suprimidos . . .	148\$005
Documentos de cobrança da câmara municipal . . .	1:558\$127
Valores selados . . .	5:178\$088
Dinheiro da câmara municipal . . .	806\$147
Total—Réis . . .	22:948\$886

que passou a débito da conta imediata.

1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 19 de Junho de 1912.—Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe de repartição.

No processo n.º 687 da responsabilidade de José Soares de Melo, no período decorrido de 1 de Outubro de 1909 a 3 de Fevereiro de 1910, proferiu-se o seguinte acórdão, de que foi relator o Ex.º Sr. Vogal João Evangelista Pinto de Magalhães.

Acordam os do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado:

Visto este processo e o ajustamento a fl. 15, conferido e organizado em conformidade dos documentos justificativos da responsabilidade a que se refere, e que, devidamente rubricado pelo relator, se dá como transcrito aqui:

Vistas as disposições legais em vigor:

Mostra-se que o débito desta responsabilidade importa em réis . . .	5:657\$736
e o crédito em réis . . .	5:632\$261
com o saldo de réis . . .	25\$475
	5:657\$736

Julgam a José Soares de Melo, pela sua gerência de encarregado da estação telégrafo-postal de Mondim de Basto, no período decorrido de 1 de Outubro de 1909 até 3 de Fevereiro de 1910, quite com o Estado, pela indicada responsabilidade, devendo o saldo, nas espécies mencionadas no relatório a fl. 2, que lhe é abonado, figurar como primeira partida do débito da conta seguinte a esta.

E considerando que a liquidação, a que este processo se refere, abrange até o último dia da gerência do responsável;

Vistas as informações de fl. 11 a fl. 14, pelas quais se prova que todas as anteriores responsabilidades do gerente se acham já julgadas, por acórdãos transitados em julgado, sem que ao presente lhe seja devedor ao Estado por qualquer quantia.

Ouvido o Ministério Público, fl. 15 r.

Julgam outrossim livres e desembaraçados os valores depositados e extintas as fianças ou hipotecas que servirem de caução ou garantia à responsabilidade de José Soares de Melo.

Lisboa, em 3 de Fevereiro de 1912.—João Evangelista Pinto de Magalhães, relator—António Aresta Branco—José Tristão Paes de Figueiredo.—Fui presente, Augusto Soares.

Está conforme.—1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 21 de Junho de 1912.—Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe de repartição.

Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte:

8.ª Secção

Nos termos do regimento e para os efeitos legais, publicam-se, por extracto, os seguintes acórdãos:

Processo n.º 1:156.—Relator o Ex.º Vogal Dinis.—Responsável a Câmara Municipal de Lisboa, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1910, foi julgada quite por acórdão definitivo de 8 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Papel moeda depositado no Banco de Portugal . . .	30:661\$400
Em dinheiro depositado na Caixa Económica . . .	6:323\$907
Idem na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses . . .	45:288\$083
No cofre da Câmara . . .	7:385\$916
Total—Réis . . .	89:659\$306

que passou a débito da conta imediata.

MINISTÉRIO DA GUERRA

2.ª Direcção Geral

8.ª Repartição

Teresa de Jesus da Silva Nogueira, em seu nome e no de suas quatro filhas menores, Aurora, Maria Celeste, Cândida e Amélia, e seus filhos maiores Cipriano da Silva Nogueira e Francisco da Silva Nogueira, requerem, como únicos herdeiros, o vencimento deixado na Fazenda por seu marido e pai, o major reformado Artur de Sousa Nogueira, falecido em 29 de Maio último.

Esta pretensão será resolvida definitivamente, se findar sem impugnação o prazo de trinta dias de éditos, contado da publicação do presente anúncio.

Carolina Augusta da Silva Santos, em seu nome e no de sua filha menor Maria Luísa, requer, como únicas herdeiras, o vencimento deixado na Fazenda por seu marido e pai, o major do quadro de reserva, Joaquim Neto de Oliveira, falecido em 6 de Maio último.

Esta pretensão será resolvida definitivamente, se findar sem impugnação o prazo de trinta dias de éditos, contado da publicação do presente anúncio.

Justino Augusto Cândido Gaspar requer, como único herdeiro de seu tio, o coronel reformado, José Maria Soares, falecido em 26 de Março último, o vencimento deixado na Fazenda pelo referido oficial.

Esta pretensão será resolvida definitivamente, se findar sem impugnar o prazo de trinta dias de éditos, contado da publicação do presente anúncio.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Tornando-se necessário reforçar as verbas dos artigos 3.º, 17.º, 27.º e 29.º do orçamento da despesa ordinária do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do ano económico de 1911-1912, aprovado por lei de 30 de Dezembro de 1911, e havendo disponibilidades nos artigos 2.º, 15.º, 19.º, 21.º e 26.º dos respectivos capítulos 2.º, 4.º e 7.º: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, sobre proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros, usando da faculdade conferida pelo n.º 5.º do artigo 25.º da lei de 9 de Setembro de 1908, decretar que se effectuem as seguintes transferências:

No capítulo 2.º, do artigo 2.º para o artigo 3.º 66\$100 réis;
No capítulo 4.º, para o artigo 17.º do artigo 15.º réis

800,000, do artigo 19.º, 700,000 réis, do artigo 21.º, réis 450,000;

No capítulo 7.º, do artigo 26.º para o artigo 27.º, réis 48,725, para o artigo 29.º 65,000 réis.

O presente decreto será publicado no *Diário do Governo*, imediatamente depois de registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, em 22 de Junho de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Duarte Leite Pereira da Silva* — *Francisco Correia de Lemos* — *António Vicente Ferreira* — *António Xavier Correia Barreto* — *Francisco José Fernandes Costa* — *Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia* — *António Aurélio da Costa Ferreira* — *Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas

Repartição de Caminhos de Ferro e Pessoal

Aviso

Tendo o Ministério das Colónias requisitado um condutor de 2.ª ou 3.ª classe do quadro auxiliar do corpo de engenharia civil, com prática de serviços hidráulicos, para servir em Macau durante dois anos, como condutor contratado, com os vencimentos que forem combinados e que dependerão da prática de serviço que o mesmo condutor tiver e informação acerca da sua competência; ficam por este meio avisadas todas as direcções de obras públicas, obras hidráulicas e especiais para informar dos condutores que aceitam este convite.

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, em 24 de Junho de 1912. — O Director Geral, *Francisco da Silva Ribeiro*.

Repartição de Minas

Editos

Havendo João Salinas requerido o diploma de descobridor legal da mina de estanho e outros metais da Quinta do Vale, situada na freguesia de Gonçalo, distrito da Guarda, registada pelo requerente na câmara municipal do mesmo concelho, em 9 de Novembro de 1911, convidam-se, nos termos do artigo 24.º, do decreto, com força de lei, de 30 de Setembro de 1892, todas as pessoas a quem a referida concessão possa prejudicar, a apresentar as suas reclamações no Ministério do Fomento, dentro do prefixo prazo de sessenta dias, contados da publicação deste édito no *Diário do Governo*.

Repartição de Minas, em 24 de Junho de 1912. — O Engenheiro, Chefe da Repartição, interino, *E. Valerio Villaça*.

Havendo João Salinas requerido o diploma de descobridor legal da mina de estanho e outros metais, do Tapadão, situada na freguesia de Gonçalo, distrito da Guarda, registada pelo requerente na Câmara Municipal do mesmo concelho, em 9 de Novembro de 1911, convidam-se, nos termos do artigo 24.º do decreto, com força de lei, de 30 de Setembro de 1892, todas as pessoas a quem a referida concessão possa prejudicar, a apresentar as suas reclamações no Ministério do Fomento, dentro do prefixo prazo de sessenta dias, contados da publicação deste édito no *Diário do Governo*.

Repartição de Minas, em 24 de Junho de 1912. — O Engenheiro, Chefe da Repartição, interino, *E. Valerio Villaça*.

Havendo João Salinas requerido o diploma de descobridor legal da mina de estanho e outros metais da Pequito, situada na freguesia da Vela, concelho e distrito da Guarda, registada pelo requerente na Câmara Municipal do mesmo concelho, em 21 de Novembro de 1911, convidam-se, nos termos do artigo 24.º do decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892, todas as pessoas a quem a referida concessão possa prejudicar, a apresentar as suas reclamações no Ministério do Fomento, dentro do prefixo prazo de sessenta dias, contados da publicação deste édito no *Diário do Governo*.

Repartição de Minas, em 24 de Junho de 1912. — O Engenheiro, Chefe da Repartição, interino, *E. Valerio Villaça*.

Havendo João Salinas requerido o diploma de descobridor legal da mina de estanho e outros metais da Abreiro, situada na freguesia de Gonçalo, concelho e distrito da Guarda, registada pelo requerente na Câmara Municipal do mesmo concelho, em 21 de Novembro de 1911, convidam-se, nos termos do artigo 24.º do decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892, todas as pessoas a quem a referida concessão possa prejudicar, a apresentar as suas reclamações no Ministério do Fomento, dentro do prefixo prazo de sessenta dias, contados da publicação deste édito no *Diário do Governo*.

Repartição de Minas, em 24 de Junho de 1912. — O Engenheiro, Chefe da Repartição, interino, *E. Valerio Villaça*.

Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Junho 22

Por despacho de S. Ex.ª o Ministro, fica aberto concurso, por espaço de quarenta dias, para o preenchimento de duas vacaturas de adjuntos na Repartição dos Serviços Topográficos, nos termos do artigo 4.º da lei

de 24 de Outubro de 1901, que reorganizou a Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos.

Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, em 24 de Junho de 1912. — O Director Geral, interino, *João Miguel Dias*, tenente-coronel.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

1.ª Direcção

2.ª Divisão

Despachos efectuados nas datas abaixo indicadas

Em portarias de 20 do corrente, com o visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado, de 22 do mesmo mês:

Joaquim António Luís, carteiro de 1.ª classe de Lisboa — provido no lugar de carteiro divisor dos correios da mesma cidade, na vaga de João Fernandes, falecido em 11 do corrente.

Luís Antunes, carteiro de 2.ª classe de Lisboa — provido no lugar de carteiro de 1.ª classe da mesma cidade, na vaga resultante pelo provimento do antecedente.

António Ferreira, carteiro supranumerário de Lisboa — provido no lugar de carteiro de 2.ª classe da mesma cidade, na vaga resultante pelo provimento do antecedente.

Em despacho de 21:

Jorge Casimiro de Sousa e Silva, primeiro aspirante desta Administração Geral — concedida licença de trinta dias, para tratamento, devendo pagar os respectivos emolumentos na importância de 3,710 réis, descontados na primeira folha de vencimentos que for processada depois desta data, nos termos da alínea a) do n.º 2.º, § único, do artigo 2.º do decreto de 16 de Junho de 1911.

Em 24:

Determinando que seja elevado a 342,500 réis anuais o vencimento do carteiro de 1.ª classe do Porto, Manuel António Pinheiro, nos termos do n.º 18.º do artigo 322.º do decreto com força de lei de 24 de Maio de 1911, e a contar de 1 de Julho do mesmo ano.

Rectificação

No *Diário do Governo* n.º 144.º, de 21 do corrente, pág. 2:208, onde se lê: «José António Guimarães — nomeado carteiro supranumerário do Porto», deve ler-se: «José Antunes Guimarães, etc.»

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 24 de Junho de 1912. — Pelo Administrador Geral, *João Maria Pinheiro e Silva*.

6.ª Direcção

Mapa do desenvolvimento das receitas cobradas e despesas liquidadas até 31 de Agosto de 1911, comparadas com as respectivas autorizações orçamentais, organizado de conformidade com o disposto no artigo 8.º do regulamento aprovado por decreto com força de lei de 26 de Junho de 1911

Designação da receita	Receita prevista no Orçamento	Receita cobrada			Arquivos	Designação da despesa	Verba autorizada	Despesa liquidada			Saldos
		No mês de Julho	No mês de Agosto	Total				No mês de Julho	No mês de Agosto	Total	
Exploração eléctrica:											
Telegráfica nacional	280:000,000	21:814,5730	24:524,3330	46:339,0600		Capítulo único — Exploração dos correios, telégrafos, telefones e fiscalização das indústrias eléctricas:					
Telgráfica internacional	540:000,000	26:543,6625	26:941,0885	53:484,7710		1.º Vencimentos certos do pessoal	1.430:054,3300	79:273,5501	117:290,6666	196:564,5167	1.233:490,5133
Indústrias eléctricas e linhas telegráficas e telefónicas particulares	20:000,000	673,5765	644,5435	1:318,5200		2.º Gratificações variáveis	131:150,0000	2:868,5793	17:577,0007	20:445,8800	110:704,5200
Exploração postal:						3.º Ajudas de custo e despesas de transporte	28:500,0000	747,6610	2:028,5315	2:775,8925	25:724,8075
Selos de franquia e de porteado	1.550:000,000	119:813,9915	130:762,054	250:575,969		4.º Despesas de expediente e eventuais da Secretaria Geral	10:670,0000	—	62,9980	62,9980	10:607,0020
Avenças de jornais	30:000,000	224,5814	13,5265	238,5079		5.º Diversos encargos	491:849,0000	1:081,3360	18:328,3313	19:409,6673	472:439,3327
Prémios de vales e taxas de ordens postais	60:000,000	5:666,273	5:690,041	11:356,319		6.º Material	177:400,0000	—	2:483,5597	2:483,5597	174:916,4403
Encomendas postais	9:000,000	601,5795	582,5515	1:184,5310							
Diversos rendimentos não especificados	2:000,000	55,5161	54,5722	109,8880							
Liquidação com correios estrangeiros	200:000,000	—	—	—							
	2.691:000,000	175:394,3083	189:212,5447	364:606,5530							
Importância a entregar ao Tesouro Público, nos termos do artigo 2.º do regulamento de 26 de Junho de 1911	400:000,000	33:333,3330	33:333,3330	66:666,6660							
	2.291:000,000	142:060,5753	155:879,5117	297:939,5870			2:269:623,5300	83:971,5264	157:770,8878	241:742,5142	2.027:881,5158

6.ª Direcção da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 22 de Junho de 1912. — O Director dos Serviços de Contabilidade, *Alvaro Gaia*. — Visto. — Pelo Administrador Geral, *João Maria Pinheiro e Silva*.

Junta de Crédito Agrícola

Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Responsabilidade Limitada com sede em Elvas, em 31 de Maio de 1912

ACTIVO

Caixa	437,6660
Empréstimos aos sócios por:	
Fiança	17:420,5400
Letra	54,9960
Despesas gerais	1:070,5000
Caixa Económica Portuguesa	18:983,5020

PASSIVO

Fundo social — Títulos de capital	6:862,0000
Depósitos à ordem	6:005,8874
Depósitos a prazo	2:433,5130

Empréstimos à Caixa:

Junta de Crédito Agrícola	3:500,0000
Lucros e perdas	182,0016
	18:983,5020

Os Directores = *António dos Santos Cidrais* = *Luís António Pinto Bagulho*.

Está conforme o original que fica arquivado na Secretaria desta Junta.

Lisboa, Junta do Crédito Agrícola, em 4 de Junho de 1912. — O Secretário, *Júlio Torres*.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Anúncia-se, em observância da carta de lei de 24 de Agosto de 1848, e decreto com força de lei de 5 de De-

zembro de 1910, haverem Delfina Gomes, que também usa o nome Delfina Pereira, por si e por uma filha menor (Florinda), Emilio Pinto, Elisa Pinto, Maria da Luz Pinto, Manuel Maria Pinto e Maria José Pinto, requerido o pagamento do que ficou em dívida a seu marido e pai, Manuel Pinto, que era servente, adido, da Direcção Fiscal da Exploração de Caminhos de Ferro, e faleceu em 18 de Janeiro do corrente ano. (Processo n.º 2:148).

Qualquer pessoa, que também se julgue com direito a esse pagamento ou a parte dele, requeira por esta repartição, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 24 de Junho de 1912. — Pelo Chefe da Repartição, *António Ortigão Peres*.